

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
----------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
-------------------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	41
------------------------------------------------------------------------	----

Motivos de Reapresentação	42
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	175.000.000
Preferenciais	0
Total	175.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	3.556.548	3.532.694
1.01	Ativo Circulante	244.666	277.070
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	83.866	127.577
1.01.03	Contas a Receber	139.352	124.609
1.01.03.01	Clientes	139.352	124.609
1.01.03.01.01	Contas a receber	8.059	6.811
1.01.03.01.02	Créditos com Partes relacionadas	131.293	117.798
1.01.06	Tributos a Recuperar	14.165	5.546
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	0	5.546
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	0	5.546
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.868	6.039
1.01.07.01	Despesas antecipadas	0	6.039
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.415	13.299
1.01.08.03	Outros	5.415	13.299
1.01.08.03.01	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	4.727	4.727
1.01.08.03.02	Outros créditos	688	8.572
1.02	Ativo Não Circulante	3.311.882	3.255.624
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.019.976	953.473
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	1.126	831.239
1.02.01.07.01	Despesa antecipada outorga fixa	0	831.239
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	960	352
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	960	352
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.017.890	121.882
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	2.536	2.239
1.02.01.09.04	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	952.156	51.997
1.02.01.09.05	Outros créditos	0	1.179
1.02.01.09.06	Contas a Receber com Operações de Derivativos	63.198	66.467
1.02.03	Imobilizado	113.627	119.374
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	98.903	100.710
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	14.724	18.664
1.02.04	Intangível	2.178.279	2.182.777
1.02.04.01	Intangíveis	2.178.279	2.182.777

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	3.556.548	3.532.694
2.01	Passivo Circulante	693.132	477.213
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	15.876	16.868
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.697	16.868
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	0	16.868
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	14.179	0
2.01.02	Fornecedores	23.107	28.987
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	23.080	28.797
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	27	190
2.01.03	Obrigações Fiscais	78.060	129.232
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	69.741	120.526
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	62.903	120.526
2.01.03.01.03	Impostos e contribuições a recolher	6.838	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	16	0
2.01.03.02.01	Outros impostos a recolher	16	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	8.303	8.706
2.01.03.03.02	ISS a recolher	8.303	8.706
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	459.343	208.817
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	45.368	45.413
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	45.368	45.413
2.01.04.02	Debêntures	413.975	163.404
2.01.05	Outras Obrigações	79.199	72.299
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	10.158	9.606
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	10.158	9.606
2.01.05.02	Outros	69.041	62.693
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	2.375	2.519
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	3.549	2.853
2.01.05.02.06	Mútuos - partes relacionadas	0	5.917
2.01.05.02.07	Contas a pagar com operações de derivativos	63.117	51.404
2.01.06	Provisões	37.547	21.010
2.01.06.02	Outras Provisões	37.547	21.010
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	37.547	21.010
2.02	Passivo Não Circulante	2.255.853	2.468.696
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.796.401	2.007.339
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	30.118	52.682
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	30.118	52.682
2.02.01.02	Debêntures	1.766.283	1.954.657
2.02.02	Outras Obrigações	288.784	283.323
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	275.310	269.217
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	275.310	0
2.02.02.02	Outros	13.474	14.106
2.02.03	Tributos Diferidos	126.748	135.261
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	126.748	135.261
2.02.04	Provisões	43.920	42.773
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.882	42.773
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	4.864

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	0	4.470
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	0	1.880
2.02.04.01.05	Provisão de Manutenção	0	31.559
2.02.04.01.06	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	13.882	0
2.02.04.02	Outras Provisões	30.038	0
2.02.04.02.04	Provisão de manutenção	30.038	0
2.03	Patrimônio Líquido	607.563	586.785
2.03.01	Capital Social Realizado	246.750	246.750
2.03.04	Reservas de Lucros	82.785	340.035
2.03.04.01	Reserva Legal	49.350	49.350
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	33.435	196.685
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	94.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	278.028	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	469.715	938.834	494.943	1.000.299
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-160.143	-319.036	-183.097	-363.145
3.02.01	Custo de construção	-23.309	-53.821	-63.379	-133.325
3.02.02	Provisão de manutenção	-8.043	-15.147	-5.627	-10.605
3.02.03	Depreciação e amortização	-38.884	-73.210	-30.444	-56.779
3.02.04	Custo da outorga	-46.116	-92.043	-44.240	-88.546
3.02.05	Serviços	-16.681	-33.486	-17.013	-30.121
3.02.06	Custo com pessoal	-14.778	-30.304	-15.181	-29.619
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-4.039	-7.985	-3.951	-7.641
3.02.08	Outros	-8.293	-13.040	-3.262	-6.509
3.03	Resultado Bruto	309.572	619.798	311.846	637.154
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-27.267	-50.830	-26.481	-51.149
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-27.364	-50.919	-26.136	-50.691
3.04.02.01	Serviços	-13.528	-26.457	-13.035	-26.203
3.04.02.02	Depreciação e amortização	-1.115	-2.163	-1.052	-2.061
3.04.02.03	Despesas com pessoal	-5.207	-10.445	-6.157	-11.562
3.04.02.04	Materiais, equipamentos e veículos	-202	-458	-520	-874
3.04.02.05	Outros	-7.312	-11.396	-5.372	-9.991
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	360	493	154	368
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-263	-404	-499	-826
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	282.305	568.968	285.365	586.005
3.06	Resultado Financeiro	-81.644	-150.343	-43.357	-82.598
3.06.01	Receitas Financeiras	71.152	129.882	31.504	78.140
3.06.02	Despesas Financeiras	-152.796	-280.225	-74.861	-160.738
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	200.661	418.625	242.008	503.407
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-67.119	-140.597	-81.459	-170.258
3.08.01	Corrente	-78.191	-149.110	-69.258	-148.874
3.08.02	Diferido	11.072	8.513	-12.201	-21.384

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	133.542	278.028	160.549	333.149
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	133.542	278.028	160.549	333.149
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,76310	1,58873	0,91742	1,90371

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	133.542	278.028	160.549	333.149
4.03	Resultado Abrangente do Período	133.542	278.028	160.549	333.149

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	398.389	363.878
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	524.606	514.818
6.01.01.01	Lucro líquido do período	278.028	333.149
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-8.513	21.384
6.01.01.03	Apropriação de despesa antecipadas	2.366	2.364
6.01.01.04	Depreciação e amortização	75.373	58.840
6.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado	406	828
6.01.01.07	Juros e variação monetária sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	171.172	97.767
6.01.01.08	Juros sobre impostos parcelados	0	13.581
6.01.01.09	Juros e variação monetária sobre mútuos com Partes Relacionadas	16.738	0
6.01.01.11	Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	413	524
6.01.01.12	Constituição (reversão) da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	3.987	2.920
6.01.01.13	Constituição da provisão de manutenção	15.147	10.605
6.01.01.14	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	2.770	1.013
6.01.01.15	Capitalização de custos dos empréstimos	-6.080	-19.257
6.01.01.18	Resultado de operações com derivativos (fair value option)	-27.201	-8.900
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-126.217	-150.940
6.01.02.01	Contas a receber	-1.661	-1.481
6.01.02.02	Contas a receber - Partes relacionadas	-14.103	-1.601
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-8.619	-1.263
6.01.02.04	Despesas antecipadas e outras	11.811	-217
6.01.02.05	Pagamentos antecipados relacionados a concessão	-71.286	-63.897
6.01.02.07	Fornecedores	19.940	20.057
6.01.02.08	Fornecedores - Partes relacionadas	-5.835	-11.119
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	-992	-1.186
6.01.02.11	Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para imposto de renda e contribuição	147.227	127.492
6.01.02.12	Pagamentos de IR e CS	-198.399	-216.382
6.01.02.13	Obrigações com o poder concedente	-144	-149
6.01.02.14	Realização da provisão de manutenção	-2.901	-881
6.01.02.15	Outras contas a pagar	64	1.296
6.01.02.16	Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-1.319	-1.609
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-78.888	-159.422
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-7.097	-5.194
6.02.02	Adições de ativo intangível	-71.791	-154.228
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-363.212	-284.779
6.03.02	Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil (pagamentos de principal)	-22.575	-49.695
6.03.03	Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil (pagamentos de juros)	-92.447	-72.308
6.03.04	Pagamento de juros sobre mútuos	-16.561	0
6.03.05	Liquidação de Operações com Derivativos	25.621	-14.026
6.03.07	Dividendos pagos a acionistas controladores	-257.250	-148.750

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-43.711	-80.323
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	127.577	95.492
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	83.866	15.169

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	340.035	0	0	586.785
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	340.035	0	0	586.785
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-257.250	0	0	-257.250
5.04.06	Dividendos	0	0	-257.250	0	0	-257.250
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	278.028	0	278.028
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	278.028	0	278.028
5.07	Saldos Finais	246.750	0	82.785	278.028	0	607.563

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	423.659	0	0	670.409
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	423.659	0	0	670.409
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-148.750	0	0	-148.750
5.04.06	Dividendos	0	0	-148.750	0	0	-148.750
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	333.149	0	333.149
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	333.149	0	333.149
5.07	Saldos Finais	246.750	0	274.909	333.149	0	854.808

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	1.018.108	1.072.004
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.000.165	1.055.507
7.01.02	Outras Receitas	17.943	16.497
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-160.766	-224.921
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-53.193	-43.219
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-38.605	-37.772
7.02.04	Outros	-68.968	-143.930
7.02.04.01	Custo de construção	-53.821	-133.325
7.02.04.02	Provisão de manutenção	-15.147	-10.605
7.03	Valor Adicionado Bruto	857.342	847.083
7.04	Retenções	-75.373	-58.840
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-75.373	-58.840
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	781.969	788.243
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	129.882	78.140
7.06.02	Receitas Financeiras	129.882	78.140
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	911.851	866.383
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	911.851	866.383
7.08.01	Pessoal	35.531	36.546
7.08.01.01	Remuneração Direta	24.547	25.479
7.08.01.02	Benefícios	8.859	8.950
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.421	1.383
7.08.01.04	Outros	704	734
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	219.987	247.625
7.08.02.01	Federais	171.820	200.516
7.08.02.02	Estaduais	234	236
7.08.02.03	Municipais	47.933	46.873
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	378.305	249.063
7.08.03.01	Juros	285.624	159.922
7.08.03.02	Aluguéis	638	595
7.08.03.03	Outras	92.043	88.546
7.08.03.03.01	Direito de Outorga	92.043	88.546
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	278.028	333.149
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	278.028	333.149

Comentário do Desempenho

1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL DA AUTOBAN

Abril a Junho/2015

As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 2T14.

1.1 - Principais indicadores:

- A receita líquida operacional alcançou R\$ 446,4 milhões (+3,4%);
- O EBIT ajustado atingiu R\$ 291,4 milhões (-0,3%) e a margem EBIT ajustada 65,3% (-2,4 p.p);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 331,4 milhões (+2,4%) e a margem EBITDA ajustada 74,2% (-0,8 p.p);
- O lucro líquido atingiu R\$ 133,5 milhões (-16,8%);

Indicadores (R\$ MM)	2T15	2T14	Var.%
Receita Líquida Operacional*	446,4	431,6	3,4%
EBIT (ajustado)	291,4	292,2	-0,3%
Margem EBIT (ajustada)	65,3%	67,7%	-2,4 p.p.
EBITDA (ajustado)	331,4	323,7	2,4%
Margem EBITDA (ajustada)	74,2%	75,0%	-0,8 p.p.
Lucro Líquido	133,5	160,5	-16,8%

*Receita Líquida Operacional é a soma da Receita de Pedágio com a Receita Acessória, deduzidos os tributos.

1.2 - Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq¹)

Em unid. (Veq¹)	2T15	2T14	Var.%
Veículos de Passeio (Eq)	31.267.138	30.636.182	2,1%
Veículos Comerciais (Eq)	36.374.465	38.371.240	-5,2%
Veículos Equivalentes	67.641.603	69.007.422	-2,0%

(Veq¹) - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

Tráfego consolidado (-2,0%)

O tráfego consolidado apresentou uma redução de -2,0% sobre o mesmo período de 2014.

Comentário do Desempenho

Veículos de passeio (+2,1%)

A categoria apresentou crescimento de 2,1% no 2T15 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Veículos comerciais (-5,2%)

A categoria apresentou uma redução de -5,2% no 2T15 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

1.3 - Reajustes de tarifas de pedágio

Vide Contexto operacional.

1.4 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita bruta operacional

Receita Bruta Operacional (R\$ mil)	2T15	2T14	Var.%
Receita de Pedágio	477.232	460.883	3,5%
Receitas Acessórias	6.035	6.234	-3,2%
Receita Bruta Operacional Total	483.267	467.117	3,5%

Receita de construção

Receita Bruta de Construção (R\$ mil)	2T15	2T14	Var.%
Total	23.309	63.379	-63,2%

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01, a Concessionária deverá reconhecer a receita e o custo de construção de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção. Para a CCR AutoBAN, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

O 2T14 apresentou um alto volume de investimentos, principalmente devido à implantação das vias Marginais na Rodovia Anhanguera em Campinas e da implantação da 5ª faixa da Rodovia dos Bandeirantes.

Receita líquida operacional

A receita líquida operacional do 2T15 (conforme demonstrado no quadro 1.1) ficou 3,4% superior em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente pelo reajuste da tarifa em julho/14.

As deduções sobre a receita operacional bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total é de 7,65% sobre a receita operacional bruta, aumentaram em 3,7% no 2T15, em relação ao 2T14, totalizando o valor de R\$ 36,9 milhões.

Comentário do Desempenho

Custos e despesas totais

Custos e despesas (R\$ mil)	2ºT15	2ºT14	Var%
Custo de construção	23.309	63.379	-63,2%
Provisão de Manutenção	8.043	5.627	42,9%
Depreciação e Amortização	39.999	31.496	27,0%
Custo da outorga	46.116	44.240	4,2%
Serviços de terceiros	30.209	30.048	0,5%
Custo com pessoal	19.985	21.338	-6,3%
Materiais, equipamentos e veículos	4.241	4.471	-5,1%
Outros	15.508	8.979	72,7%
Custos e despesas totais	187.410	209.578	-10,6%

Os custos e a despesas totais da Concessionária tiveram uma redução de 10,6% no 2T15, alcançando o valor de R\$ 187,4 milhões.

Custo de construção: Os custos de construção sofreram uma redução de 63,2% no 2T15 comparado ao 2T14. Esta alteração reflete o cronograma de investimentos do período.

Provisão de manutenção: A provisão de manutenção sofreu um aumento de 42,9% no 2T15, refletindo os ciclos de manutenção programada da companhia.

Depreciação e amortização: O aumento das despesas no 2T15, em comparação ao 2T14 se deve ao início de depreciação/amortização dos investimentos incorridos pela Companhia entre o 3T14 e o 1T15.

Custo da outorga: Este grupo de custos é impactado pela outorga variável, bem como o reajuste da outorga fixa incorrido em julho de 2014.

Serviços de Terceiros: Os valores do 2T15 estão 0,5% superiores ao 2T14, principalmente em razão de variação serviços de tecnologia.

Materiais, Equipamentos e Veículos: Os valores do 2T15 estão 5,1% inferiores ao 2T14.

Outros: Os valores do 2T15 estão 72,7% superiores ao 2T14, principalmente pela apropriação de seguros, doação para projetos da Lei Rouanet e Incentivo ao Esporte.

Comentário do Desempenho

EBITDA

Reconciliação EBITDA Ajustado (R\$ MM)	2T15	2T14	Var.%
Lucro Líquido	133,5	160,5	-16,8%
(+) IR/CS	67,1	81,5	-17,7%
(+) Resultado Financeiro Líquido	81,6	43,4	88,0%
(+) Depreciação e Amortização	40,0	31,5	27,0%
<i>EBITDA (a)</i>	<i>322,2</i>	<i>316,9</i>	<i>1,7%</i>
<i>Margem EBITDA (a)</i>	<i>68,6%</i>	<i>64,0%</i>	<i>-1,2 p.p.</i>
(+) Despesas antecipadas (b)	1,2	1,2	0,0%
(+) Provisão de Manutenção (c)	8,0	5,6	42,9%
<i>EBITDA ajustado</i>	<i>331,4</i>	<i>323,7</i>	<i>2,4%</i>
<i>Margem EBITDA ajustada (d)</i>	<i>74,2%</i>	<i>75,0%</i>	<i>-0,8 p.p.</i>

EBIT

Reconciliação EBIT Ajustado (R\$ MM)	2T15	2T14	Var.%
Lucro Líquido	133,5	160,5	-16,8%
(+) IR/CS	67,1	81,5	-17,7%
(+) Resultado Financeiro Líquido	81,6	43,4	88,0%
<i>EBIT (a)</i>	<i>282,2</i>	<i>285,4</i>	<i>-1,1%</i>
<i>Margem EBIT (a)</i>	<i>60,1%</i>	<i>57,7%</i>	<i>-2,4 p.p.</i>
(+) Despesas antecipadas (b)	1,2	1,2	0,0%
(+) Provisão de Manutenção (c)	8,0	5,6	42,9%
<i>EBIT ajustado</i>	<i>291,4</i>	<i>292,2</i>	<i>-0,3%</i>
<i>Margem EBIT ajustada (d)</i>	<i>65,3%</i>	<i>67,7%</i>	<i>-2,4 p.p.</i>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão, ajustada por tratar-se de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(c) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada por tratar-se de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(d) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas por meio da divisão do EBIT e EBITDA pelas receitas líquidas, excluídas as receitas de construção.

Comentário do Desempenho

Resultado financeiro líquido

Resultado Financeiro Líquido (R\$ MM)	2T15	2T14	Var.%
Despesas Financeiras	-152,8	-74,9	104,0%
Juros e Variações Monetárias	-80,5	-48,0	67,7%
Juros e variações monetárias sobre mútuos	-8,6	0,0	0,0%
Juros sobre impostos parcelados	0,0	-6,8	-100,0%
Valor justo de dívida (<i>fair value option</i>)	-9,1	-11,6	-21,6%
Perda com operações de derivativos	-53,2	-15,0	254,7%
Outras despesas financeiras	-1,4	6,5	-121,5%
Receitas Financeiras	71,2	31,5	126,0%
Rendimento sobre aplicações financeiras	3,8	1,5	153,3%
Valor Justo de dívida (<i>fair value option</i>)	22,0	0,5	4300,0%
Ganho com operações de derivativos	44,8	29,0	54,5%
Outras receitas financeiras	0,6	0,5	20,0%
Resultado Financeiro Líquido	-81,6	-43,4	88,0%

O item de Despesas Financeiras no 2T15 está 104% superior quando comparado ao 2T14, principalmente pela contratação, em outubro de 2014, de nova dívida e pela variação dos indexadores das dívidas.

Em 28 de maio de 2013, a Companhia contratou operação de derivativo com objetivo de proteção de taxa, de 2,71% sobre o IPCA (taxa de remuneração da dívida – 4ª emissão de debêntures, série 2) para 88,95% do CDI. Em 17 de outubro de 2013, a Companhia contratou operação de derivativo com objetivo de proteção de taxa de 4,88% sobre o IPCA (taxa de remuneração da dívida – 5ª emissão de debêntures) para 98,00% do CDI. Em 27 de outubro de 2014, a Companhia contratou operações de derivativo com objetivo de proteção de taxa, de 5,428% sobre o IPCA (taxa de remuneração da dívida – parte da 6ª emissão de debêntures) para 98,90% do CDI (R\$ 100 milhões), para 97,65 % do CDI (R\$ 100 milhões) e para 97,85% do CDI (R\$ 50 milhões).

No dia 11 de junho, a Companhia realizou a reversão da operação de derivativo firmada em maio de 2013, a uma taxa de 88,95% do CDI, por meio de uma nova operação a 71,80% do CDI. Na mesma data, a operação de derivativo firmada em outubro de 2013 também foi revertida, de uma taxa de 98,00% do CDI para uma nova operação a 88,75% do CDI.

2. Investimentos

A Concessionária mantém em dia os compromissos contratuais de investimento das rodovias no Sistema Anhanguera Bandeirantes.

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de Acidentes (un)	2T15	2T14	Var.%
Total de acidentes	1.573	1.745	-9,9%
Total de vítimas	980	1.107	-11,5%

A Diretoria.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais (ITR) findas em 30 de junho de 2015

Os saldos apresentados em Reais nestas ITR foram arredondados para milhar, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, bairro do Retiro, na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, até 1º de janeiro de 2027, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

A Companhia iniciou suas operações em 1º de maio de 1998 e assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Na Rodovia Anhanguera:
 - Recapeamento inicial do trecho entre Campinas e Limeira. (a)
 - Construção de novas faixas de aceleração e desaceleração entre os km 13 e 124. (b)
 - Construção de 47 km de vias marginais no trecho entre São Paulo e Limeira. (a)
 - Implantação de 49 km de vias de 3ª e 4ª faixas, no trecho entre São Paulo e Limeira. (a)
 - Execução de nova ponte sobre o Rio Piracicaba. (a)
 - Implantação do trevo do RodoAnel no km 21. (a)
 - Recuperação do trevo do km 62. (a)

- Na Rodovia dos Bandeirantes:
 - Prolongamento de 76,7 km, alcançando o Município de Limeira. (a)
 - Implantação de 62 km de 4ª e 5ª faixas. (a)
 - Implantação do trevo do RodoAnel no km 20. (a)

a) Obras concluídas.

b) Obras divididas em trechos que estão sendo realizadas conforme previstos no contrato de concessão.

Em 06 de janeiro de 2010, a Companhia incorporou o trecho de 5,9 km (2,7 km da margem esquerda e 3,2 km da margem direita) das marginais do Rio Tietê, conforme segue:

- a) Marginal Direita do Rio Tietê – sentido Pinheiros, entre o km 4+400 (próximo à Ponte Ulysses Guimarães, estaca 4.260 do projeto DERSA) e o km 1+730;
- b) Marginal Esquerda do Rio Tietê – sentido Rodovia Ayrton Senna, entre o km 1+170 e o km 4+400 (próximo ao acesso à Rodovia dos Bandeirantes) – estaca 4.260 do projeto DERSA;

Notas Explicativas

c) Ligação da Rodovia Anhanguera, com as Marginais do Rio Tietê, incluindo acessos correspondentes.

Nos termos do artigo 2º do Decreto nº 55.016, de 11 de novembro de 2009, a operação do trecho incorporado ficou sob a responsabilidade da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, ficando sob responsabilidade da Concessionária apenas a manutenção e a conservação.

Neste período não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

Outras informações relevantes

Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio

Em 05 de janeiro de 2012, a Companhia divulgou fato relevante ao mercado que foi celebrado, em 15 de dezembro de 2011, o TAM nº 25/2011 ao Contrato de Concessão nº 005/CR/1998 com a ARTESP.

Referido TAM tinha como objeto (i) a alteração do índice de reajuste das tarifas de pedágio do Contrato de Concessão, de Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A); e (ii) o estabelecimento do procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro em relação ao índice original do contrato (IGP-M) e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário (IPC-A).

Em 29 de junho de 2015 foi celebrado Termo de Retirratificação ao TAM celebrado, com o objetivo de: (i) adotar como índice de reajuste das tarifas de pedágio do Contrato de Concessão, aquele que, entre o IGP-M e o IPC-A, apresentar menor variação percentual no período compreendido entre a data do último reajuste realizado e a data do reajuste que será realizado; e (ii) estabelecer o procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da aplicação dessa alteração.

Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a favor da Concessionária, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas e efetivamente cobradas pela Concessionária, e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, na forma prevista no Anexo 4 do Edital de Licitação.

O procedimento de revisão contratual para reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão em razão da alteração do índice de reajuste da tarifa de pedágio será realizado a cada dois anos (bienal), considerando-se os montantes de desequilíbrio apurados anualmente, mediante processo administrativo específico instaurado pela ARTESP no mês de julho, a cada dois anos de vigência deste instrumento, periodicidade que poderá ser alterada de comum acordo entre as partes, a partir do 5º ano. O primeiro de tais processos administrativos dirá respeito ao biênio compreendido entre 1º de julho de 2013 e 30 de junho de 2015 e deverá ser instaurado em 2015.

Reajuste tarifário de 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido a compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Notas Explicativas

Em 1º de julho de 2014 a Concessionária propôs ação ordinária de desconstituição de ato administrativo, com pedido de condenação em obrigação de fazer, visando à aplicação do índice previsto no respectivo contrato de concessão às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015, foi publicada sentença que julgou a ação procedente. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pela AutoBAn, bem como pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Os embargos de declaração opostos pela AutoBAn foram providos para reconhecer que esta ação não está sujeita à Suspensão de Liminar concedida pelo Órgão Especial do TJSP ao Estado de SP.

2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITR devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973, em conversão à MP nº 627/2013, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e as novas normas contábeis, entre outras providências, a qual foi adotada a partir 1º de janeiro de 2015. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada desta lei em 2014.

As informações financeiras contidas nas informações trimestrais foram aprovadas pela Administração da Companhia em 05 de agosto de 2015.

3. Principais práticas contábeis

Neste trimestre e semestre não ocorreram mudanças nas principais práticas contábeis e, portanto, mantém-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

4. Determinação dos valores justos

Neste semestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste semestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 448.466, substancialmente composto por empréstimos, financiamentos e debêntures e tributos a pagar, conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e 14. Essas dívidas são formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

Notas Explicativas**6. Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e bancos	6.119	6.070
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>77.747</u>	<u>121.507</u>
	<u>83.866</u>	<u>127.577</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 99,65% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, equivalente a 12,57% ao ano (10,73% ao ano em 31 de dezembro de 2014).

7. Contas a receber

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	4.324	3.332
Pedágio eletrônico – outros (b)	<u>6.253</u>	<u>5.584</u>
	10.577	8.916
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(2.518)</u>	<u>(2.105)</u>
	<u>8.059</u>	<u>6.811</u>

Idade de vencimentos dos títulos em aberto

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Créditos a vencer	6.948	6.569
Créditos vencidos até 60 dias	633	194
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	478	48
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	339	111
Créditos vencidos há mais de 181 dias	<u>2.179</u>	<u>1.994</u>
	<u>10.577</u>	<u>8.916</u>

(a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;

(b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas a Concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;

(c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) – É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

Notas Explicativas

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>01/04/2015 a</u> <u>30/06/2015</u>	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/06/2015</u>	<u>01/04/2014 a</u> <u>30/06/2014</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/06/2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	200.661	418.625	242.008	503.407
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(68.225)	(142.333)	(82.283)	(171.158)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(180)	(247)	253	321
Despesas indedutíveis	(705)	(981)	(62)	(224)
Incentivos fiscais relativos ao imposto de renda	2.046	3.103	680	900
Outros ajustes tributários	(55)	(139)	(47)	(97)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(67.119)</u>	<u>(140.597)</u>	<u>(81.459)</u>	<u>(170.258)</u>
Impostos correntes	(78.191)	(149.110)	(69.258)	(148.874)
Impostos diferidos	11.072	8.513	(12.201)	(21.384)
	<u>(67.119)</u>	<u>(140.597)</u>	<u>(81.459)</u>	<u>(170.258)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>33%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Bases ativas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	124.665	123.651
Valor justo de operações com derivativos	57.367	35.774
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	4.719	3.812
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	856	2.237
Provisão para participação nos resultados (PLR)	789	1.756
Outros	7.769	1.854
	<u>196.165</u>	<u>169.084</u>
Bases passivas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(241.616)	(248.998)
Valor justo de operações com derivativos	(69.590)	(39.122)
Ganho nas operações com derivativos	(7.556)	(14.356)
Outros	(4.151)	(1.869)
	<u>(322.913)</u>	<u>(304.345)</u>
Passivo diferido líquido	<u>(126.748)</u>	<u>(135.261)</u>

(a) Saldos de diferenças temporárias de depreciação e amortização resultante da aplicação do art. 69 da lei 12.973/14(fim do RTT).

Notas Explicativas

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Circulante	4.727	4.727				
Não Circulante	49.631	51.997	902.525	831.239	952.156	883.236

(1) A Companhia efetuou pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamento ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão ou à indenização de contratos sub-rogados. Tais antecipações foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado pelo prazo de concessão.

(2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa pela extensão do prazo de concessão (de abril de 2018 para dezembro de 2026) sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativada e será apropriada ao resultado no período de extensão do prazo da concessão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua Controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

	01/01/2015 a 30/06/2015				01/04/2015 a 30/06/2015			
	Transações				Transações			
	Serviços prestados	Receitas	Intangível	Despesas financeiras	Serviços prestados	Receitas	Intangível	Despesas financeiras
Controladora								
CCR (a)	10.885	-	-	-	5.442	-	-	-
Outras partes relacionadas								
CPC (b)	15.059	-	-	-	7.800	-	-	-
RodoAnel Oeste (c)	-	-	-	(16.738)	-	-	-	(8.626)
Serveng Cívilsan (d)	-	-	6.577	-	-	-	-	-
Samm (e)	-	1.193	-	-	-	595	-	-
Total, 30 de junho de 2015	25.944	1.193	6.577	(16.738)	13.242	595	-	(8.626)
Total, 30 de junho de 2014	25.857	438	25.149	-	14.086	138	6.377	-

Notas Explicativas

	Saldos		
	Ativo	Passivo	
	Contas a receber	Fornecedores e contas a pagar	Mútuos
Controladora			
CCR (a)	14	1.704	-
Outras partes relacionadas			
CPC (b)	250	2.356	-
RodoAnel Oeste (c)	-	-	275.310
Serveng Cívilsan (d)	-	5.804	-
Samm (e)	1.879	294	-
CGMP (f)	130.110	-	-
Total circulante, 30 de junho de 2015	131.293	10.158	-
Total não circulante, 30 de junho de 2015	960	-	275.310
Total, 30 de junho de 2015	132.253	10.158	275.310
Total, 31 de dezembro de 2014	118.150	9.606	275.134

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u> (Reapresentado)
Remuneração dos administradores (g) (h)	694	992

Despesas com profissionais chave da administração:

	<u>01/04/2015 a</u> <u>30/06/2015</u>	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/06/2015</u>	<u>01/04/2014 a</u> <u>30/06/2014</u> (Reapresentado) (h)	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/06/2014</u> (Reapresentado) (h)
Remuneração: (g)				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	460	958	408	875
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado	832	1.100	1.144	1.344
Previdência privada	34	75	46	92
Seguro de vida	2	3	2	3
	1.328	2.136	1.600	2.314

- a) Contrato de prestação de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, cujos valores são liquidados no 1º dia útil de cada mês;
- b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- c) Cessão de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória – MP 651/14, remunerada a taxa de 105% do CDI. Os juros serão pagos semestralmente em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal;

Notas Explicativas

- d) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global com vigência de 03 de setembro de 2014 a 26 de janeiro de 2016, cujos pagamentos ocorrem até o 10º dia do mês seguinte.
- e) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGP-M;
- f) Referem –se às receitas de pedágio eletrônico cobradas de usuários do Sistema Sem Parar, os quais serão repassados à Companhia nos meses subsequentes;
- g) Contempla valor total a pagar referente à remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas.
- h) Reapresentado com inclusão da despesa com seguridade social para melhor apresentação.

Na AGO realizada em 16 de abril de 2015, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 4.100, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social.

11. Ativo imobilizado

	Taxa média ponderada anual de depreciação %	30/06/2015			31/12/2014		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	11	3.122	(1.407)	1.715	3.121	(1.313)	1.808
Máquinas e equipamentos	13	43.263	(16.995)	26.268	37.640	(15.033)	22.607
Veículos	23	18.312	(8.607)	9.705	16.417	(7.818)	8.599
Equipamentos operacionais	17	130.675	(69.460)	61.215	128.525	(60.829)	67.696
Imobilizações em andamento	-	14.724	-	14.724	18.664	-	18.664
		<u>210.096</u>	<u>(96.469)</u>	<u>113.627</u>	<u>204.367</u>	<u>(84.993)</u>	<u>119.374</u>

Movimentação do custo

	31/12/2014		30/06/2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	3.121	16	(20)	5	3.122
Máquinas e equipamentos	37.640	-	(216)	5.839	43.263
Veículos	16.417	-	(1.110)	3.005	18.312
Equipamentos operacionais	128.525	-	(102)	2.252	130.675
Imobilizações em andamento	18.664	7.998	-	(11.938)	14.724
	<u>204.367</u>	<u>8.014</u>	<u>(1.448)</u>	<u>(837)</u>	<u>210.096</u>

	31/12/2013		30/06/2014		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Movimento em 2014	<u>234.340</u>	<u>5.931</u>	<u>(4.928)</u>	<u>1.315</u>	<u>236.658</u>

Notas Explicativas

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 917 no semestre findo em 30 de junho de 2015 (R\$ 737 no semestre findo em 30 de junho de 2014). A taxa média de capitalização no 1º semestre de 2015 foi de 0,65% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,65% a.m. no 1º semestre de 2014.

Movimentação da depreciação

	31/12/2014		30/06/2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Móveis e utensílios	(1.313)	(105)	11	-	(1.407)
Máquinas e equipamentos	(15.033)	(2.150)	166	22	(16.995)
Veículos	(7.818)	(1.589)	800	-	(8.607)
Equipamentos operacionais	(60.829)	(8.674)	65	(22)	(69.460)
	<u>(84.993)</u>	<u>(12.518)</u>	<u>1.042</u>	<u>-</u>	<u>(96.469)</u>

	31/12/2013		30/06/2014		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Movimento em 2014	<u>(109.327)</u>	<u>(11.808)</u>	<u>4.100</u>	<u>(696)</u>	<u>(117.731)</u>

(a) O saldo remanescente refere-se a reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

12. Ativo intangível

	Taxa média ponderada anual de amortização %	30/06/2015			31/12/2014		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura (b)	(*)	2.947.699	(773.552)	2.174.147	2.890.180	(711.723)	2.178.457
Direitos de uso de sistemas informatizados	23	9.419	(6.498)	2.921	8.604	(5.843)	2.761
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	5.266	(4.055)	1.211	5.266	(3.707)	1.559
		<u>2.962.384</u>	<u>(784.105)</u>	<u>2.178.279</u>	<u>2.904.050</u>	<u>(721.273)</u>	<u>2.182.777</u>

(*) Amortização pela curva de benefício econômico esperado.

Movimentação do custo

	31/12/2014		30/06/2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências(a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	2.890.180	57.520	-	(1)	2.947.699
Direitos de uso de sistemas informatizados	8.604	-	(23)	838	9.419
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	5.266	-	-	-	5.266
	<u>2.904.050</u>	<u>57.520</u>	<u>(23)</u>	<u>837</u>	<u>2.962.384</u>

	31/12/2013		30/06/2014		
	Saldo inicial	Adições	Transferências(a)	Saldo final	
Movimento em 2014	<u>2.663.091</u>	<u>150.831</u>	<u>(1.315)</u>	<u>2.812.607</u>	

Notas Explicativas

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 5.163 no semestre findo em 30 de junho de 2015 (R\$ 18.520 no semestre findo em 30 de junho de 2014). A taxa média de capitalização no 1º semestre de 2014 foi de 0,65% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,65% a.m. no 1º semestre de 2014.

Movimentação da amortização

	31/12/2014		30/06/2015	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(711.723)	(61.829)	-	(773.552)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(5.843)	(678)	23	(6.498)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(3.707)	(348)	-	(4.055)
	<u>(721.273)</u>	<u>(62.855)</u>	<u>23</u>	<u>(784.105)</u>

	31/12/2013		30/06/2014	
	Saldo inicial	Adições	Transferências(a)	Saldo final
Movimento em 2014	(614.132)	(47.032)	696	(660.468)

(a) O saldo remanescente refere-se a reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(b) Do montante de R\$ 2.947.699 em 30 de junho de 2015, R\$ 87.691 refere-se a intangível em fase de construção e não disponibilizado aos usuários.

13. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 30/06/2015	Vencimento Final	30/06/2015	31/12/2014
BNDES - FINEM III	TJLP + 2,12% a.a.	0,0530% (a)	535	27	Fevereiro de 2017	68.868	89.500 (b)
BNDES - FINEM IV	TJLP + 2,12% a.a.	N/I	-	-	Fevereiro de 2017	6.496	8.444 (b)
Alfa S.A. (Finame)	5,50% a.a.	N/I	-	-	Julho de 2017	122	151 (c)
Total em moeda nacional				<u>27</u>		<u>75.486</u>	<u>98.095</u>
Circulante							
Financiamentos						45.391	45.445
Custos de transação						(23)	(32)
						<u>45.368</u>	<u>45.413</u>
Não Circulante							
Financiamentos						30.122	52.695
Custos de transação						(4)	(13)
						<u>30.118</u>	<u>52.682</u>

N/I – Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

Garantias:

- (b) Fiança bancária
- (c) Bens financiados

Notas Explicativas

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>30/06/2015</u>
2016	22.573
2017	<u>7.549</u>
	<u><u>30.122</u></u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

No trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2015, não houve a contratação de novas operações, renegociações ou liquidações de operações anteriores.

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar		Vencimento final	30/06/2015	31/12/2014
				30/06/2015	31/12/2014			
4a Emissão - Série 1	109% do CDI	0,1217% (b)	4.151	1.636	Setembro de 2017	969.253	967.824 (e)	
4a Emissão - Série 2 (c)	IPCA + 2,71% a.a.	0,0983% (a)	1.100	309	Outubro de 2017	151.656	142.670 (e)	
5ª Emissão - Série única (d)	IPCA + 4,88% a.a.	0,4115% (a)	9.147	6.095	Outubro de 2018	490.773	465.385 (e)	
6ª Emissão - Série única (c)	IPCA + 5,428% a.a.	0,2831% (a)	7.650	6.664	Outubro de 2019	384.052	241.183 (e)	
6ª Emissão - Série única	IPCA + 5,428% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2019	<u>184.524</u>	<u>300.999 (e)</u>	
Total geral				14.704		<u>2.180.258</u>	<u>2.118.061</u>	
						<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	
Circulante								
Debêntures						418.738	168.280	
Custos de transação						<u>(4.763)</u>	<u>(4.876)</u>	
						<u>413.975</u>	<u>163.404</u>	
Não Circulante								
Debêntures						1.776.224	1.966.780	
Custos de transação						<u>(9.941)</u>	<u>(12.123)</u>	
						<u>1.766.283</u>	<u>1.954.657</u>	

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

(b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

(c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 20.

(d) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado (*fair value option*).

Notas Explicativas

Garantias:

(e) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>30/06/2015</u>
2016	264.812
2017	548.040
2018	457.244
2019	<u>506.128</u>
	<u>1.776.224</u>

As condições e restrições pactuadas e divulgadas em 31 de dezembro de 2014 não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

15. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro a seguir, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes; e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	<u>31/12/2014</u>		<u>30/06/2015</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldo final</u>
Não circulante						
Cíveis	1.880	2.239	(34)	(178)	251	4.158
Trabalhistas e previdenciários	4.470	1.178	(686)	(483)	239	4.718
Tributários	4.864	-	-	-	142	5.006
	<u>11.214</u>	<u>3.417</u>	<u>(720)</u>	<u>(661)</u>	<u>632</u>	<u>13.882</u>
	<u>31/12/2013</u>		<u>30/06/2014</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldo final</u>
Movimento em 2014	<u>6.826</u>	<u>2.121</u>	<u>(920)</u>	<u>(689)</u>	<u>799</u>	<u>8.137</u>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos no semestre findo em 30 de junho de 2015, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 364 e R\$ 294, respectivamente (R\$ 376 e R\$ 544, respectivamente em 30 de junho de 2014).

Notas Explicativas

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tem em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Cíveis e administrativo	10.705	6.675
Trabalhistas e previdenciários	5.508	2.199
Tributárias	<u>1.005</u>	<u>695</u>
	<u>17.218</u>	<u>9.569</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, a Companhia contratou fianças bancárias no montante de R\$ 142.123 para os processos tributários em andamento, os quais são considerados como de risco remoto.

16. Provisão de manutenção

	<u>31/12/2014</u>		<u>30/06/2015</u>			
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	21.010	8.383	1.425	(2.901)	9.630	37.547
Não circulante	31.559	6.764	1.345	-	(9.630)	30.038
Total	<u>52.569</u>	<u>15.147</u>	<u>2.770</u>	<u>(2.901)</u>	<u>-</u>	<u>67.585</u>
	<u>31/12/2013</u>		<u>30/06/2014</u>			
Total em 2014	<u>17.555</u>	<u>10.605</u>	<u>1.013</u>	<u>(881)</u>	<u>-</u>	<u>28.292</u>

As taxas anuais para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2014 são de 14,75%, 12,34%, 12,62%, 8,20%, 10,14% e 12,29%, respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

17. Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

(Em milhares, exceto lucro por ação)	<u>01/04/2015 a 30/06/2015</u>	<u>01/01/2015 a 30/06/2015</u>	<u>01/04/2014 a 30/06/2014</u>	<u>01/01/2014 a 30/06/2014</u>
Numerador				
Lucro líquido do exercício	133.542	278.028	160.549	333.149
Denominador				
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	<u>175.000</u>	<u>175.000</u>	<u>175.000</u>	<u>175.000</u>
Lucro por ação - básico e diluído	<u>0,76310</u>	<u>1,58873</u>	<u>0,91742</u>	<u>1,90371</u>

Notas Explicativas

b) Dividendos

Em 28 de abril de 2015, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o pagamento de dividendos no montante de R\$ 94.000, correspondentes a R\$ 0,54 por ação e, distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 65.250, correspondentes a R\$ 0,37 por ação, à conta de Reserva de Retenção de Lucros, com pagamento em 29 de abril de 2015.

Em 28 de maio de 2015, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o pagamento de dividendos no montante de R\$ 98.000, correspondentes a R\$ 0,56 por ação, à conta de Reserva de Retenção de Lucros, com pagamento em 29 de maio de 2015.

18. Receitas

	<u>01/04/2015 a</u> <u>30/06/2015</u>	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/06/2015</u>	<u>01/04/2014 a</u> <u>30/06/2014</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/06/2014</u>
Receitas de pedágio	477.232	946.344	460.883	922.182
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	23.309	53.821	63.379	133.325
Receitas acessórias	6.035	11.863	6.234	16.497
Receita bruta	<u>506.576</u>	<u>1.012.028</u>	<u>530.496</u>	<u>1.072.004</u>
Impostos sobre receitas	(36.860)	(73.193)	(35.553)	(71.702)
Abatimentos	(1)	(1)	-	(3)
Deduções das receitas brutas	<u>(36.861)</u>	<u>(73.194)</u>	<u>(35.553)</u>	<u>(71.705)</u>
Receita líquida	<u>469.715</u>	<u>938.834</u>	<u>494.943</u>	<u>1.000.299</u>

19. Resultado financeiro

	<u>01/04/2015 a</u> <u>30/06/2015</u>	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/06/2015</u>	<u>01/04/2014 a</u> <u>30/06/2014</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/06/2014</u>
Despesas Financeiras				
Juros sobre financiamentos, debêntures e arrendamentos mercantis	(49.348)	(96.524)	(36.023)	(71.756)
Varição monetária sobre financiamentos e debêntures	(31.116)	(74.648)	(11.916)	(26.011)
Juros sobre mútuos	(8.626)	(16.738)	-	-
Perda com operações de derivativos	(53.202)	(68.673)	(14.998)	(36.099)
Juros sobre impostos parcelados	-	-	(6.751)	(13.581)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(1.471)	(2.770)	(569)	(1.013)
Capitalização de custos dos empréstimos	2.367	6.080	9.007	19.257
Valor justo sobre debêntures (<i>fair value option</i>)	(9.085)	(24.059)	(11.515)	(28.424)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(2.315)	(2.893)	(2.096)	(3.111)
	<u>(152.796)</u>	<u>(280.225)</u>	<u>(74.861)</u>	<u>(160.738)</u>
Receitas Financeiras				
Ganho com operações de derivativos	44.752	79.312	28.962	51.317
Valor justo sobre debêntures (<i>fair value option</i>)	21.999	40.621	666	22.106
Rendimento sobre aplicações financeiras	3.799	8.900	1.449	3.873
Juros e outras receitas financeiras	602	1.049	427	844
	<u>71.152</u>	<u>129.882</u>	<u>31.504</u>	<u>78.140</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(81.644)</u>	<u>(150.343)</u>	<u>(43.357)</u>	<u>(82.598)</u>

Notas Explicativas

20. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e as premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas ITR, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	30/06/2015			31/12/2014		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	77.747	-	-	121.507	-	-
Contas a receber	-	8.059	-	-	6.811	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	132.253	-	-	118.150	-
Contas a receber - operações com derivativos	63.198	-	-	66.467	-	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(75.486)	-	-	(98.095)
Debêntures (a)	(1.026.481)	-	(1.153.777)	(849.238)	-	(1.268.823)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(40.130)	-	-	(45.946)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(10.158)	-	-	(9.606)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(275.310)	-	-	(275.134)
Contas a pagar - operações com derivativos	(63.117)	-	-	(51.404)	-	-
	(948.653)	140.312	(1.554.861)	(712.668)	124.961	(1.697.604)

(a) Valores líquidos dos custos de transação

Debêntures: Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de debêntures pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	30/06/2015		31/12/2014	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Debêntures (a) (b)	1.155.413	1.161.871	1.271.044	1.280.689

(a) Valores brutos do custo de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de Valor Justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Notas Explicativas

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Aplicações financeiras	77.747	121.507
Debêntures	(1.026.481)	(849.238)
Derivativos	81	15.063

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 2ª série da 4ª emissão de debêntures, para a totalidade da 5ª emissão e parcialmente para a 6ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Notas Explicativas

Swap	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de Referência (Nominal) (1)		Valor Justo		Valores Brutos Liquidades, Mês a Mês Local		Efeito Acumulado		Resultado	
					30/06/2015	31/12/2014	Meia Local	Meia Local	Recebidos/(Pagos)	Recebidos/(Pagos)	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Posição ativa	Merrill Lynch	11/06/2015	16/10/2017 (2)	IPCA + 2,71%	163.122	-	151.330	-	-	-	-	-	-	-
Posição passiva				71,80% do CDI	-	-	(152.136)	-	-	-	-	-	-	-
Posição ativa	Itaú	11/06/2015	15/10/2018 (2)	IPCA + 4,88%	514.070	-	493.156	-	-	24.130	-	(28.327)	-	(4.397)
Posição passiva				88,75% do CDI	-	-	(497.533)	-	-	-	-	-	-	-
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428%	100.000	100.000	104.190	99.432	(2.639)	9.057	3.732	(6.923)	(5.762)	1.525
Posição passiva				98,90% do CDI	-	-	(102.066)	(101.462)	-	-	-	-	-	-
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428%	100.000	100.000	104.191	99.432	(2.571)	9.444	4.167	(6.759)	(5.621)	1.568
Posição passiva				97,65% do CDI	-	-	(101.506)	(100.886)	-	-	-	-	-	-
Posição passiva	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428%	50.000	50.000	52.095	49.716	(1.291)	4.691	2.049	(3.393)	(2.822)	780
Posição passiva				97,85% do CDI	-	-	(50.397)	(50.489)	-	-	-	-	-	-
Posição passiva	Votorantim	26/03/2015	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428%	130.106	-	129.639	-	(398)	-	-	(8.641)	-	(1.231)
Posição passiva				94,86% do CDI	-	-	(130.472)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 30/06/2015					1.057.298	250.000	81	(4.257)	(6.899)	63.198	9.948	(63.117)	(14.205)	(2.561)
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O PERÍODO FIM DO EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014					-	-	-	19.330	32.520	-	56.519	-	(37.199)	13.200
TOTAL DAS OPERAÇÕES					81	15.063	81	15.063	25.621	63.198	66.467	(63.117)	(51.404)	10.639

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nominal mencionado é da tranche vigente.

(2) Os contratos possuem vencimentos semestrais em abril e outubro de cada ano até o vencimento final.

Notas Explicativas

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Riscos de juros	<u>10.639</u>	<u>15.218</u>

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475 apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade referentes aos juros e variações monetárias.

Nas análises de sensibilidade não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de junho de 2016.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽⁵⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2017	164.730	(18.995)	(22.633)	(26.272)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2018	521.351	(72.036)	(83.746)	(95.455)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2019	591.563	(86.928)	(100.718)	(114.508)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2017	(164.121)	19.120	22.790	26.460
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2018	(517.619)	72.036	83.746	95.455
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2019	(271.359)	39.875	46.201	52.527
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2019	(135.054)	19.846	22.994	26.142
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2017	163.897	(15.760)	(19.616)	(23.439)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2018	517.088	(62.140)	(77.541)	(92.892)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2019	256.234	(34.277)	(42.835)	(51.388)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2019	133.239	(17.182)	(21.461)	(25.733)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2017	970.889	(145.196)	(181.747)	(218.394)
BNDES	Aumento da TJLP	Fevereiro de 2017	75.390	(6.228)	(7.379)	(8.531)
Total do efeito de ganho ou (perda)				(307.865)	(381.945)	(456.028)

As taxas de juros consideradas foram⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	13,64%	17,05%	20,46%
IPC-A ⁽³⁾	8,84%	11,05%	13,26%
TJLP ⁽⁴⁾	6,00%	7,50%	9,00%

Notas Explicativas

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Refere-se à taxa de 30/06/2015, divulgada pela CETIP.

(3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pela Anbima.

(4) Refere-se à taxa de 30/06/2015, divulgada pelo BNDES.

(5) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 30 de junho de 2015, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

21. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

a) Decorrente do direito de outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	<u>Valor nominal</u>		<u>Valor presente</u>	
	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Outorga fixa	831.060	977.717	765.208	900.520

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Esses compromissos atualizados até 30 de junho de 2015 estavam assim distribuídos:

	<u>Valor Nominal</u>	<u>Valor Presente</u>
2015	146.658	142.836
2016	293.315	275.428
2017	293.315	262.312
2018	<u>97.772</u>	<u>84.632</u>
	<u>831.060</u>	<u>765.208</u>

No semestre findo em 30 de junho de 2015 foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 146.658, referente ao direito de outorga fixa, (sendo R\$ 127.864 em caixa e R\$ 18.794 através de encontro de contas financeiros), (R\$ 116.740 no semestre findo em 30 de junho de 2014).

A Companhia está retendo 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restantes do ônus fixo, período de março de 2011 e abril de 2018, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo n°. 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras a serem realizadas.

Notas Explicativas

b) Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita bruta mensal. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente.

No decorrer do 1º semestre findo em 30 de junho de 2015, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 14.451 referente ao direito de outorga variável (R\$ 14.228 em 30 de junho de 2014).

c) Compromisso com o Poder Concedente

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Compromisso de investimento	<u>138.086</u>	<u>156.821</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes.

d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

De acordo com o Termo Aditivo Modificativo nº. 16/06, a partir de maio de 2007 até o final da Concessão, a diferença de 2% para 3% referente à majoração da alíquota da COFINS sobre os fatos geradores ocorridos a partir de abril de 2007 e recolhida pela Companhia, será descontada mensalmente do direito de outorga fixo da Concessão, recompondo o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, uma vez que não foi considerada a incidência dessa contribuição nas projeções financeiras que serviram de base à adjudicação do objeto da licitação.

22. Demonstração de fluxo de caixa

Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo :

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Fornecedores	25.820	29.531
Fornecedores - partes relacionadas	<u>(6.386)</u>	<u>(7.614)</u>
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>19.434</u>	<u>21.917</u>
Adições ao ativo intangível	<u>(19.434)</u>	<u>(21.917)</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>(19.434)</u>	<u>(21.917)</u>

Notas Explicativas

Composição do Conselho de Administração

Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Ítalo Roppa	Conselheiro
José Braz Cioffi	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna	Conselheiro
Paulo Yukio Fukuzaki	Conselheiro
Renato Alves Vale	Conselheiro

Composição da Diretoria

Maurício Soares Vasconcellos	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Roberto Siriani de Oliveira	Diretor Operacional

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452-O3

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

Jundiaí - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e semestre findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao semestre findo em 30 de junho de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 5 de agosto de 2015.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

João Rafael Belo de Araújo Filho

Contador

CRC nº1 SP 246752/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais (ITR's) da Companhia e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2015.

Jundiaí, 05 de agosto de 2015.

SR. MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS

DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES

SR. ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA

DIRETOR OPERACIONAL

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais (ITR's) da Companhia e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2015.

Jundiaí, 05 de agosto de 2015.

SR. MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS

DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES

SR. ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA

DIRETOR OPERACIONAL

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Alteração do percentual das margens EBIT e EBITDA do 2T15 e 2T14 no quadro de reconciliação do EBIT e EBITDA do item 1.4 do comentário de desempenho.